

DOI: [10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT11.018](https://doi.org/10.46943/VIII.CONEDU.2022.GT11.018)

## NA TRILHA DA INCLUSÃO

**Ana Claudia Lins Borges**

Mestre em Educação Matemática e Tecnológica da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE, [ana30borges@gmail.com](mailto:ana30borges@gmail.com);

**Julyane Brunna Ferreira Maciel**

Graduanda pelo Curso de Letras/Libras da Universidade Estácio de Sá- UNESA, [julyane.maciell2@gmail.com](mailto:julyane.maciell2@gmail.com);

### RESUMO

Uma prática pedagógica pode (ou não) impactar positivamente a comunidade escolar, é utilizando a brincadeira como um dos recursos didático-pedagógicos, que é possível trabalhar o conceito de inclusão social na comunidade escolar. A prática da inclusão social pode começar em qualquer lugar, a escola por sua vez, como espaço formador pode proporcionar discussões desta magnitude com impacto significativo. E por que não fazer brincando?! Trazemos um relato de experiência, do projeto “Inclusão: a parte que me falta”, vivenciado durante a semana da pessoa com deficiência do corrente ano, numa Escola da Rede Estadual de Pernambuco, localizada na grande Recife. À luz de Sasaki (2009) e Mendes (2017) discorreremos sobre os conceitos de inclusão da pessoa com deficiência, embasados nas propostas da BNCC (2017), que aborda a temática como tema transversal a ser vivenciado na grade curricular do ensino médio. O objetivo deste trabalho é conscientizar estudantes, professores, família e funcionários da instituição educacional acerca da importância da inclusão social de pessoas com deficiência na comunidade escolar. Pesquisa de caráter qualitativo com delineamento descritivo, e, com base nos dados coletados, inferimos que a temática da inclusão, quando trabalhada de forma transversal, reflete nas interações diárias uma postura de auto reflexão da prática inclusiva.

**Palavras-chave:** Inclusão Social, Prática Educacional, Ensino Médio, Comunidade Escolar.

## INTRODUÇÃO

A trilha da inclusão escolar se deu em parte, devido às políticas afirmativas de educação inclusiva na educação brasileira. Segundo Mendes (2017), a começar pelas Salas Especiais e algumas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) na rede Estadual de ensino em 1970, onde estudantes com deficiência, antes sem acesso à educação, iniciavam o direito à educação.

A partir desta premissa, reflexões acerca da igualdade de direitos manifestaram-se mais efetivamente na década de 80. Em 1981 “foi comemorado em todo o mundo o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (assim proclamado pela ONU em 1979), cujo lema foi PARTICIPAÇÃO PLENA E IGUALDADE.” SASSAKI (2009, p.6), resultando em movimentação a nível mundial. Nesse mesmo ano, tivemos a aprovação da Declaração de Sundberg (UNESCO), O Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência no ano de 1982 da ONU, através da resolução 37/52 no Canadá. Já em 1986, ano marcado pela recusa do Governo da África do Sul em reconhecer o ano internacional da pessoa com deficiência, com repercussão mundial, gerando diversos debates que deram origem ao lema “Nada sobre nós sem nós”. De acordo Sasaki, (2007).

A década de 90 trouxe a Declaração de Salamanca especificamente no ano de 1994 que traz o conceito de educação inclusiva em um viés de educação para todos, segundo Sasaki (2009).

Assim, a criação deste mesmo documento também influenciou a alteração da Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 que traz a ampliação dos direitos educacionais como uma das principais alterações.

Anos mais tarde, ocorreu a criação de legislações acerca da pessoa com deficiência. Para fins deste estudo, destaca-se a Lei de Acessibilidade nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000 que estabelece a obrigatoriedade da acessibilidade nos espaços e meios de comunicação; A Lei de Libras nº 10.436 de 24 de abril de 2002 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais como forma de expressão e comunicação da comunidade surda; o decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que regulamenta a Lei de Libras; A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) nº 13.146 de 06 de julho de 2015, vulgo Estatuto da Pessoa com Deficiência e por fim, o decreto nº 7.611, de

17 de novembro de 2011 que dispõe do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

As discussões sobre inclusão têm se ampliado nos últimos anos. Antes, a orientação era incentivar a pessoa com deficiência a participar dos espaços sociais através do conceito de 'inserção'. Hoje não só espera-se a presença das pessoas com deficiência nos espaços públicos e privados, mas também seu total engajamento na construção de ambientes mais acessíveis e inclusivos. Isso porque a mobilização sobre a conscientização da inclusão social destinada a pessoas não-deficientes é notória não apenas em lugares formativos, mas também, em todos os âmbitos sociais. Comprovando que a ausência ou não de posturas inclusivas têm relação direta com a falta de informação e sensibilização social. Nesse sentido, para que haja inclusão social de forma satisfatória, pessoas sem deficiência precisam ter acesso a estratégias que permitam, transformar a sua mentalidade e tornar natural o ato de incluir, tanto quanto respirar.

Conforme a Constituição Federal de 1988 no artigo 205 a educação é um direito fundamental, e como tal é assegurada para todos. A escola, por sua vez, assume o papel de espaço de construção e reconstrução do conhecimento.

Na educação, as práticas educacionais são estruturadas visando o processo de conscientização e, a própria Base Nacional Comum Curricular (BNCC, p.14) recomenda que as aulas sejam pautadas *"como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades"*. Cabe ressaltar que, no cotidiano da escola os conceitos como educação inclusiva, inclusão social e inclusão escolar se fundem e, por vezes, assumem o papel de sinônimos, segundo Mendes (2017), todavia, para falar de prática educacional antes há a necessidade de responder a seguinte questão: o que é inclusão?

Existem várias perspectivas para o significado da palavra inclusão, porém para fim deste estudo apontamos Sasaki (2009), que entende a:

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade,

gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (SASSAKI, 2009, p1).

O autor compreende a inclusão de forma positiva na medida em que o processo dos sistemas sociais básicos são acessíveis a todas as pessoas, não enfatizando a especificidade, ou seja traz o conceito de inclusão, em uma perspectiva coletiva, aqui compreendemos como inclusão social. Parece óbvio, não é. Por sua vez, Mendes (2017), traz uma perspectiva linguística, fazendo-nos refletir o conceito de inclusão de forma mais pragmática.

O termo “inclusão”, para Mendes (2017), é amplo e em cada área contém um significado diferente. Por isso, torna-se inadequado utilizar a terminologia “inclusão” como sinônimo de políticas e práticas de escolarização de alunos, público-alvo da Educação Especial, sem o acompanhamento de um outro termo para adjetivar. Portanto, para a autora a terminologia adequada para se referir a política ou a prática de escolarização de estudantes com deficiências é a de inclusão escolar.

Em uma escola cuja modalidade de ensino seja inclusiva, a prática educacional necessita compreender que para efetivar a inclusão escolar, é imprescindível que o público-alvo sejam todos aqueles que não tenham deficiência, pois são eles que na realidade precisam mudar as atitudes e comportamentos por serem a maioria.

É nessa premissa, que o projeto intitulado “INCLUSÃO: A PARTE QUE ME FALTA” nasce com o propósito de ampliar o conhecimento acerca da temática e, com isso, proporcionar um ambiente acolhedor para toda a comunidade de uma Escola Estadual localizada na Região Metropolitana do Recife-PE.

A BNCC (2017) reconhece que as escolas precisam construir propostas pedagógicas que estimulem o interesse dos estudantes, e acreditamos que ao vivenciá-las no formato de oficinas e de brincadeiras estimula o aprendizado pautado na troca de experiência, desenvolvendo protagonistas do próprio conhecimento.

Propomos como objetivo geral conscientizar estudantes, professores, família e funcionários da instituição educacional acerca da importância da inclusão social de pessoas com deficiência da

comunidade escolar, e objetivos específicos: a) desmistificar conceitos pré-formados em relação à pessoa com deficiência; b) reconhecer a importância da discussão sobre inclusão social enquanto cidadão; c) aproximar o estudante não-deficiente à prática inclusiva.

A execução ocorreu em dois momentos: o primeiro momento foi um depoimento de um convidado com deficiência que abordou sobre os desafios enfrentados em sua trajetória. No segundo momento, foram realizadas oficinas de brincadeiras inclusivas, as inscrições nas oficinas foram espontâneas e elencadas pelas preferências dos participantes.

Nossa proposta tem como público-alvo os estudantes, professores, família, funcionários e equipe gestora realizado no dia 24 de agosto de 2022 contemplando os três turnos letivos.

Vale salientar que, primeiro: um projeto dessa magnitude contribui para uma melhor interação e inclusão escolar dos estudantes com deficiência que estão cursando o ensino médio na escola. Segundo: colaborou com a formação continuada do corpo docente, pois disponibilizou mais informações acerca do alunado com deficiência, podendo estimular adaptações pedagógicas coerentes com as especificidades dos estudantes com deficiência. E por fim, trouxe maiores esclarecimentos aos demais funcionários da escola, que diariamente estão em contato direto com os estudantes. Portanto, reforçamos as possibilidades conceituais que esse projeto viabilizou para escola e toda comunidade escolar.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)- 2017 reconhece que o ensino perpassa saberes e a inclusão é compreendida como tema de extrema importância para a construção integral do ser. Entretanto, o meio em que vivemos também influencia nas condições para uma proposta inclusiva, vale enfatizar que o:

Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. (BNCC, 2017, p.15)

Assim o tema da inclusão vai além de conteúdos programáticos, engloba aspectos socioemocionais, tais como, a autoconsciência, a consciência social e habilidades de relacionamentos. Portanto, a redução das desigualdades e a valorização das diversidades são trajetórias indispensáveis para uma educação com equidade e o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2016, determina como meta a ser cumprida até o ano de 2024 “que as escolas e os espaços educacionais estejam preparados tanto do ponto de vista de formação de docentes quanto da acessibilidade.” (PNE, 2016). Ou seja, falar de inclusão está diretamente ligado às reflexões sobre diversidade e equidade escolar.

## METODOLOGIA

O presente estudo é de caráter qualitativo (Ludke e André, 2020), com delineamento descritivo (TRIVIÑOS, 2009). Para Triviños (2009), o estudo descritivo volta-se para obtenção de informações mais detalhadas sobre o objeto de estudo. Já a pesquisa qualitativa, na perspectiva de Ludke e André (2020), permite maior aproximação do pesquisador com os sujeitos da pesquisa, ou seja:

A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento [...] A justificativa para que o pesquisador mantenha um contato estreito e direto com a situação onde os fenômenos ocorrem naturalmente é a de que esses são muito influenciados pelo seu contexto (LUDKE E ANDRÉ, 2020, p. 12-13).

Para coleta de dados, realizamos um questionário (GIL, 2002), em formato de formulário Google. Esse método se deu, devido ao quantitativo de estudantes que participaram das oficinas, e, realizar uma entrevista não seria a forma mais viável de obtenção de dados. Segundo Gil (2002), um questionário “constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato” (p.115). Por essa razão, acreditamos que esse instrumento corresponde aos objetivos pretendidos.

Compreendendo que a análise de conteúdo (MORAES, 1999), traz procedimentos especiais para o processamento de dados científicos, pois possibilita a eleição de categorias de análises que

correspondam aos objetivos de pesquisa, sendo assim, para tratamento dos dados, elencamos análise de conteúdo como melhor caminho para esse estudo.

O projeto intitulado “INCLUSÃO: A PARTE QUE NOS FALTA” ocorreu no dia 24 de agosto de 2022 nos três turnos, na semana da pessoa com deficiência, seguindo o calendário da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco (SEE) em uma escola localizada na Região Metropolitana do Recife.

Os sujeitos dessa pesquisa, foram os participantes das oficinas realizadas na escola, após o término desse primeiro momento prático, convidamos os participantes a responderem um formulário google (Google Forms), com alguns questionamentos pré estabelecidos pelas autoras deste texto. Recebemos um total de 170 (cento e setenta) respostas.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Estadual que realizamos o projeto, aponta a educação escolar como um dos pontos importantes a serem vivenciados nos projetos bimestrais. Vale ressaltar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) sugere metodologias que sejam efetivamente inclusivas, corroborando com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) a fim de promover a inclusão de pessoas com deficiências nos diversos espaços da sociedade e, como instituição educacional, a escola tem como papel formador estimular essa consciência. Sendo assim, “Inclusão: a parte que me falta” foi vivência integrada aos processos de escolarização vividos ao longo de todo bimestre.

Foi proposto pela gestão que no dia do projeto, haveriam as três primeiras aulas e, após o intervalo, aconteceria o evento até o horário normal de aula. Em cada turno o evento contou com uma roda de conversa de convidados com deficiência para relatar os desafios enfrentados no cotidiano de pessoas com deficiência (PCD) atuante na sociedade, em seguida, teve as oficinas de brincadeiras inclusivas. Ressaltamos a importância de executar o projeto após as três primeiras aulas, por ter sido a proposta melhor aceita pela equipe docente e gestão escolar, pois foi levando em consideração as peculiaridades da instituição educacional.

A execução do projeto contou com uma roda de conversa, onde cada convidado teve a liberdade para compartilhar os seus desafios. Iniciamos com o depoimento do convidado, para apresentar o

seu relato de vida e tirar possíveis dúvidas dos estudantes acerca da temática. No segundo momento, após a roda de conversa, iniciaram as oficinas de brincadeiras ministradas simultaneamente. Os Oficineiros foram os próprios funcionários da escola que trabalham com inclusão escolar e ministraram as oficinas de: cinema, pinte se puder, cabra-cega, qual é a palavra e qual é a palavra.

Faz-se necessário esclarecer que a seleção das brincadeiras a serem experienciadas durante ficou como critério de adesão. Cada oficineiro sugeriu uma brincadeira relacionada a sua área e assim, foi planejada a escala, estruturada conforme a disponibilidade de horário de cada um, a organização dos materiais e dos espaços a serem utilizados.

Para cada oficina ministrada, elencamos objetivos pedagógicos condizentes com cada deficiência e, quando necessário, os oficineiros realizaram alguns questionamentos a fim de provocar a autorreflexão.

Outro ponto a ser esclarecido é que, optamos em deixar os sujeitos fazerem a inscrição das oficinas na hora, justamente para não descaracterizar o protagonismo deles durante o evento e assim, poderem participar das que se sentirem mais à vontade.

Da organização estrutural para ministrar a oficina de Cinema, contamos com aparelhos tecnológicos, tais como: datashow, notebook, pendrive. Foram selecionados dois curtas: O espaço foi uma das maiores salas de aula da escola que é acoplada com ar-condicionado e organizamos as cadeiras em fileiras. Além de contar com pipoca feita na hora através de uma máquina apropriada durante todas as sessões.

Já a oficina “Pinte se Puder” propôs o desafio de pintar algumas imagens utilizando qualquer parte do corpo, com exceção das mãos. Então alguns pintaram com o auxílio dos pés, boca, antebraço, foi realizada numa sala de aula e organizada de forma que algumas cadeiras ficassem lado a lado e a tela fixada na parede. O oficineiro fez o sorteio das imagens a serem reproduzidas pelos sujeitos de forma que, cada participante obteve uma imagem diferente. O tempo foi controlado nesta oficina. Da Organização estrutural: utilizou-se uma sala de aula grande que foi colocada algumas cadeiras lado a lado e a tela na frente do corpo. Dos materiais utilizados: pincel, tinta guache e papel ofício e fita dupla face. Espaço utilizado: sala de aula e cadeiras.

Já a oficina “Cabra-Cega” contou com os participantes vendados, tentando colocar partes do corpo do cavalo no local correto. Para esta brincadeira, contamos com um painel que foi desenhado à mão o esboço do cavalo, velcro, fita dupla face, dois cachecóis que serviram de venda. Da estrutura: uma sala de aula, o painel foi fixado no quadro branco, as cadeiras foram organizadas em semicírculos, deixando o centro livre para a execução da brincadeira.

A oficina “Qual é a Palavra” é uma adaptação da brincadeira tradicional, mas ao invés da palavra -escrita e pensada em língua portuguesa- foi em Libras. Osicineiros preparam frases simples, contação de história e alguns sinais básicos da língua para executar a oficina. Da estrutura: utilizou-se sala de aula, as cadeiras foram organizadas em semicírculos para favorecer a visualização de todos os participantes. Os materiais didáticos utilizados foram apenas algumas poucas imagens impressas, quadro branco e piloto.

A escola também contou com uma exposição artística de telas de pintura e desenho criadas pelos estudantes com deficiência que são assistidos no Atendimento Educacional

Especializado (AEE) que gostam de desenhar e pintar. As produções são fruto de um projeto paralelo que as professoras da Sala de Recurso Multifuncional desenvolveram com os estudantes. As telas ficaram expostas em um local estratégico durante todo o evento.

A equipe de profissionais da instituição de ensino que trabalham na inclusão escolar foram os responsáveis em planejar, organizar e executar o projeto. Contamos com o apoio da equipe de gestão que acolheu a proposta. Como parte da organização, o projeto foi alinhado e estruturado com a equipe de docentes que foi visto de forma positiva e acolhedora. Após a realização das oficinas e do término do evento, os participantes foram convidados a responder o formulário Google, que ficou aberto por uma semana, permitindo maior dedicação às respostas.

Apresentaremos a seguir os resultados e discussões dos dados obtidos da presente pesquisa, que constatou que trabalhar temas transversais como oficinas de brincadeiras tornou-se uma prática prazerosa, além de contribuir positivamente nas relações estabelecidas no âmbito educacional, favorecendo a inclusão escolar.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o tratamento dos dados, elencamos alguns extratos de fala, para analisar a luz das teorias de Moraes (1999), sobre análise do discurso. Conforme preconiza a autora, a primeira etapa de análise consiste em categorizar os dados com base nos objetivos pré estabelecidos pelas autoras. Para em seguida, um aprofundamento sobre os dados sejam realizados e confrontados com as reflexões propostas anteriormente.

Os resultados apontam que quando a inclusão escolar é trabalhada de forma transversal, reflete nas interações diárias uma postura de auto reflexão da prática inclusiva. Assim, frente ao quantitativo de respostas e como forma de otimizar nossas reflexões, elencamos 2 categorias de análise, que correspondem aos objetivos anteriormente definidos.

Para responder ao primeiro e segundo objetivos, respectivamente: a) desmistificar conceitos pré-formados em relação à pessoa com deficiência; b) reconhecer a importância da discussão sobre inclusão social enquanto cidadão. Listamos como categoria “Conceito de Inclusão”, conforme especificamos na tabela abaixo:

**Tabela 1:** Categoria Conceito de Inclusão

Objetivos	Categoria	Origem da Categoria
Desmistificar conceitos pré-formados em relação à pessoa com deficiência.	Conceito de Inclusão	<i>“Respeito acima de tudo, com tudo, com todos, compaixão e empatia, formam o caráter de um cidadão numa sociedade que compreende os valores, e entende que não importa a raça, a sua deficiência ou quaisquer outros problemas, o que importa é ela não se sentir só, ou excluída.” (S. 11).</i>
Reconhecer a importância da discussão sobre inclusão social enquanto cidadão.	Conceito de Inclusão	<i>“Eu me aproximo e me comunico com todos, trazendo-os para o meu ciclo social e também denuncio quando vejo alguém praticando exclusão ou bullying” (S.3).</i>

**Fonte:** Elaboração Própria (2022)

Conforme aborda a BNCC (2017), a instituição educacional por seu espaço formal de consolidação e ressignificação de conhecimentos, precisa estimular propostas pedagógicas que favoreçam o aprendizado e práticas educacionais pautadas na democracia inclusiva. É nesse sentido que a categoria “Conceito de Inclusão” surge e abraça as falas de nossos participantes. Dentre os relatos, merecem destaque:

*S2: Sem discriminação ao próximo por ter alguma deficiência ou ser diferente de mim.*

*S5: Tentando aprender mais sobre o assunto e tentando incluir essas pessoas.*

*S8: Incluindo todo mundo em tudo.*

*S9: Adaptando-me a variedade de pessoas que existem socialmente, entendendo, respeitando e ajudando.*

Percebemos que nossos participantes, corroboram com Sasaki (2009), que a inclusão social é assegurada quando está presente nos espaços fundamentais, sem discriminação como modelo de sociedade. Nota-se nas falas dos sujeitos uma postura positiva, demonstrando que a inclusão social precisa ser um modelo de sociedade para que a prática possa ser tão natural quanto o ato de respirar.

Sendo assim, fica evidente nas respostas dos participantes que a preocupação com a inclusão social do outro é uma questão atitudinal, que Sasaki (2009) traz como uma das barreiras a serem superadas para se alcançar a inclusão social. Nesse sentido, abordaremos a próxima categoria com base em nossos objetivos.

Já no que compete ao terceiro e último objetivo deste estudo: c) Aproximar o estudante não-deficiente à prática inclusiva. Elegemos a categoria a “Prática Inclusiva”, conforme explicita a tabela abaixo:

**Tabela 2:** Categoria Prática Inclusiva

Objetivos	Categoria	Origem da Categoria
Aproximar o estudante não-deficiente à prática inclusiva.	Prática Inclusiva	<p>"Não pratico no meu dia a dia, mas amei praticar na escola" (S.6).</p> <p>"Estou aprendendo Libras" (S.4).</p>

**Fonte:** Elaboração Própria (2022)

Ao analisarmos nossos dados a categoria "Prática Inclusiva", surgiu como uma resposta imediata aos acontecimentos do projeto, já que de maneira direta, durante o dia inteiro, elaboramos atividades que deixavam os participantes diretamente ligados às práticas, que por sua vez, se refletem nas ações cotidianas.

Destacamos outros relatos sobre a temática:

*S13: Mantendo o respeito pela diferença entre as pessoas.*

*S 20: Algumas pessoas na nossa sociedade precisam de mais atenção que algumas outras, nós podemos ajudar essas pessoas primeiramente combatendo a exclusão que cada uma delas sofre. A inclusão não é só para pessoas deficientes, mas sim para todos que não conseguem se encaixar em uma sociedade, a questão não é se encaixar, mas sim ser reconhecido como uma pessoa, um ser humano; não importa qual seja a diferença, todos nós somos iguais.*

*S 18: Ajudo a pessoa em alguma coisa que ela possa ter dificuldade, tento incluir ela no meu meio de amigos, conversar e conhecer melhor é uma das melhores formas de ajudar, geralmente essas pessoas são excluídas de atividades por terem alguma deficiência.*

*S19: Na nossa sala há alunos especiais a não gostar de barulho, então sempre que puder a gente para de falar alto ou um aluno um pouco lento mas a gente tem paciência com ele e deixa ele ir no tempo dele.*

*S21: Ao aprender Libras e poder ajudar surdos, disponível a fazer uma ponte entre ouvinte e surdo; produzir conteúdo para internet com o cuidado em que pessoas com deficiência possam acessá-lo; conscientizar às pessoas a serem inclusivas ao falarem falas preconceituosas e etc. Penso que são formas de inclusão!*

Prática Inclusiva, está ligada a maneira como as pessoas compreendem o conceito de inclusão, Mendes (2017) afirma que os conceitos de inclusão, inclusão escolar, e educação inclusiva confundem-se na prática e são tomados muitas vezes por sinônimos. Apesar disso, observamos nas análises, que para os participantes, esses conceitos não são o foco das relações com as pessoas com deficiência, fazem parte de um cenário mais amplo, onde as ações inclusivas são mais relevantes. Perspectiva que se ampliou com as vivências nas oficinas ofertadas, indicando que mais atividades práticas devem ser consideradas no currículo escolar.

Outro ponto relevante dessa categoria, foi encontrar em um dos relatos, algo que estava implícito em nossos objetivos, mas não como propulsor do projeto. A formação continuada dos docentes que aborde a temática da inclusão escolar, segundo as reflexões de Mendes (2017). Destacamos o seguinte extrato: *“Acho que deveria praticar mais no meu ambiente de trabalho, com meus alunos, mas tenho limitações devido a falta de formação” (S.152)*. Ou seja, dentro de nossas abordagens durante a execução do projeto, as inflexões provocadas nos sujeitos foram maiores daquelas previstas em nossos objetivos, ampliando ainda mais a discussão sobre a temática e superando de forma positiva as expectativas iniciais.

Para a autora, discutir as prerrogativas que se referem às práticas de educação na perspectiva da inclusão escolar é extremamente relevante, visto que o fato de não o fazer alimenta a marginalização dos estudantes com deficiência no sistema educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de vivenciar temas transversais em forma de projetos pedagógicos, são oportunos para ampliar conceitos concomitantes aos adquiridos durante as aulas, além de compreender que se trata de uma complementação de conhecimentos que visam a educação integralizada do ser, conforme recomenda a BNCC.

Diante deste pressuposto, entende-se que ações pedagógicas na perspectiva da inclusão escolar é indispensável para estimular a ressignificação do processo de ensino-aprendizagem e, por que não realizarmos em forma de brincadeira?

É possível afirmar que a ação desta proposta pedagógica não só atingiu os objetivos, mas também superou as nossas expectativas ao perceber que os sujeitos da pesquisa viram a necessidade de aprofundar os conhecimentos adquiridos durante o evento.

Constatou-se uma melhora significativa nas interações do cotidiano entre estudantes: antes, os estudantes com deficiência ficavam isolados tanto na sala de aula como nos demais espaços da escola. Após o evento, nota-se que eles não estão mais isolados. Alguns até fizeram novas amizades.

A respeito dos docentes, apontamos dois elementos de reflexão: o primeiro é sensibilizá-los sobre como a prática pedagógica está alcançando a todos os estudantes. Se no momento da definição dos objetivos de aprendizagem, os docentes priorizam a equidade entre os educandos. Já o segundo elemento, diz respeito a reconhecer a necessidade de buscar mais informações acerca da temática para conseguir ressignificar o processo de ensino-aprendizagem. Ou seja, além da busca por informações, também a oferta de formações continuadas que contemplem a temática.

Acreditamos que desde a forma de execução do projeto ter sido descontraída até a escolha do título tenha contribuído para o sucesso do projeto. O próprio título "Inclusão: a parte que me falta", instiga a quem ler fazer uma autoanálise e responder para si mesmo o que precisa para ser alguém com atitudes mais inclusivas.

Trazemos como sugestão para aqueles que desejarem replicar o projeto: a) ampliar o número de oficinas que estas sejam escolhidas em número e tipos de acordo com a realidade e especificidade de cada comunidade escolar; b) utilizar os espaços da escola de forma estratégica como quadra poliesportiva e auditório; c) planejar e organizar todos os detalhes em conjunto com a gestão escolar e o corpo docente. Essa parceria é imprescindível para garantir o sucesso de qualquer projeto, especialmente se tratando da temática de inclusão escolar.

É claro que ao pensar em projetos pedagógicos, especialmente na temática da inclusão escolar não é uma tarefa fácil e, por isso, devemos sempre estar atentos às necessidades que surgem após o projeto, pois é a partir desta análise que podemos pensar na elaboração de propostas de continuação para projetos futuros, com foco em atender às novas demandas de sua comunidade escolar.

Vale também salientar que ao colocar projeto quaisquer em prática corre o risco de não sair conforme o planejado e é importantíssimo ter os objetivos bem definidos e não temer uma análise detalhada da situação para conseguir ajustar o que for necessário e seguir em frente.

Dos objetivos alcançados, destacamos: uma melhora significativa na interação social de estudantes com deficiência nas dependências da escola, além da redução de ausências sem justificativa deles nas atividades em grupo, um protagonismo se criou ao se falar da pessoa com deficiência na escola, significa a presença deles em espaços de discussão sobre suas especificidades.

Além disso, trazemos a auto reflexão dos docentes e dos demais funcionários da escola, quanto às relações diárias na forma de tratamento e na barreira atitudinal para com pessoas com deficiência que fazem parte da comunidade escolar.

Destacamos que para pesquisas futuras, faz-se necessário ampliar a discussão da formação docente e de formações para os funcionários da unidade escolar, não apenas de questões práticas, mas também de reflexões sobre mitos criados socialmente acerca da pessoa com deficiência.

Logo, orientamos que as ações pedagógicas voltadas para os docentes sejam propostas por eles mesmos, visto que são os próprios a atuarem na linha de frente e conhecem com maior propriedade os desafios enfrentados diariamente.

Sendo assim, esperamos que o projeto crie uma rede de engajamento e compartilhamento de conhecimento para todos que fazem parte da comunidade escolar, especialmente o corpo docente. Que essa rede sirva como multiplicadora de ações inclusivas na escola e promova cada vez mais o protagonismo dos estudantes da unidade escolar, contribuindo para participação efetiva desses sujeitos em todas as vivências escolares. para que, primeiramente, ajudem-nos a consolidar os conhecimentos adquiridos durante o projeto e, ressignificar a metodologia a fim de efetivar a inclusão escolar.

Portanto, é possível afirmar que a comunidade escolar colhe bons frutos e que esta ação pedagógica reflete apenas uma parte do trabalho realizado pelos profissionais que atuam na promoção da prática inclusiva na presente instituição e seguem firme na trilha da inclusão escolar.

## AGRADECIMENTOS

Para a execução deste projeto não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que o tornaram realidade. A começar pela equipe de gestão que acolheu a proposta com entusiasmo e nos apoiou durante todo o processo de planejamento, organização e execução do projeto.

À equipe de docentes da instituição educacional por, não só abraçar a ideia, mas também contribuir com sugestões de melhorias, ajudar em todo o processo de organização no dia do evento e por terem participado do projeto.

À todos os profissionais que atuam na prática da escolarização da inclusão escolar da instituição educacional e aceitaram mais um desafio de propiciar um momento ímpar para a comunidade escolar.

À participação dos familiares que se esforçaram para estarem presentes e poder desfrutar desse momento enriquecedor.

E por fim, mas não menos importante, dedicamos esta pesquisa para todos os estudantes com deficiência da instituição de ensino onde foi realizado o projeto. Queremos que saibam que acreditamos no potencial de todos vocês e esse trabalho não seria possível sem a presença de vocês.

À todos vocês registramos a nossa sincera gratidão!

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**.

\_\_\_\_\_. **PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO**. Acessado em 17 de agosto de 2022, disponível em: [https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne\\_conhecendo\\_20\\_metas.pdf](https://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf)

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Acessado em 15 de agosto de 2022, disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.** BRASIL. Acessado em 20 de agosto de 2022, disponível em:

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. **Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica.** Diário Oficial da União, Brasília, 14 de setembro de 2001. Seção IE, p. 39-40. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>>. Acesso em: 26 de novembro de 2022.

\_\_\_\_\_. República Federativa do. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988** Acessado em 26 de novembro de 2022, disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

BAPTISTA, C. R. *et al.* **Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas.** 2 ed. Porto Alegre: **Mediação**, 2015.

CASTRO, P. A.; SOUSA ALVES, C. O.. **Formação Docente e Práticas Pedagógicas Inclusivas.** E-Mosaicos, V. 7, P. 3-25, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** - 4. ed. - São Paulo :Atlas, 2002

LUDKE, Menga; ANDRÉ Marli. **Pesquisa em Educação:** abordagens qualitativas. 2<sup>ª</sup> ed. Rio de Janeiro: E.P.U.; 2020.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo.** Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod\\_resource/content/1/Roque-Moraes\\_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4125089/mod_resource/content/1/Roque-Moraes_Analise%20de%20conteudo-1999.pdf). Acessado: 23/11/2022

MENDES, Enicéia Gonçalves. Sobre alunos “incluídos” ou “da inclusão”: reflexões sobre o conceito de inclusão escolar. Educação especial inclusiva: conceituações, medicalização e políticas, p. 60-83, 2017.

PEREIRA, Laís de Toledo Krücken; GODOY, Dalva Maria Alves; TERÇARIOL, Denise. **Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica**. *Psicol. Reflex. Crit.* vol.22 no.3 ISSN 0102-7972. Porto Alegre, 2009. Acessado em 26 de novembro de 2022, disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-79722009000300013](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722009000300013)

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009, p. 10-16.

TRIVIÑOS, A. N. Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009.